

Prestação de contas

FORAM quase 75 minutos de tensão. Mas a tensão valeu pela marca de veracidade que imprimiu à entrevista do Presidente da República a jornalistas da Rede Bandeirantes, levada ao ar na noite de anteontem: o vigor e a transparente franqueza do entrevistado esconjuraram de vez aquele tipo de elaboração racional que é às vezes apenas uma modalidade menos óbvia do artificialismo.

AO vigor e à franqueza somou-se a serenidade com que o Presidente acentuou sua determinação de entregar ao sucessor um "País que tem mais liberdade que qualquer país do Mundo". Porque a liberdade não é a embriaguez de uma festa. A liberdade é a utilização sóbria da espontaneidade individual, em função da conquista e alargamento de um patrimônio comum, no tempo e no espaço — amplo e duradouro.

ATENDE ao interesse público que um mandatário da

soberania popular preste contas, que apresente projetos. Porque a prestação de contas se faz sobre opções consumadas; em que está sempre presente o risco da ambigüidade, a que escapam com desenvoltura os que se refugiam na abstração dos princípios ou no levantamento de hipóteses e alternativas. Em concreto, é mais de interesse público dispor-se a abordar com evidente honestidade o fracasso de sucessivos planos econômicos — o Plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão — do que se desvincular do que acabou repercutindo sobre toda a Nação. E sobre os menos protegidos em especial.

E HÁ uma diferença profunda, que emergiu da entrevista, entre interesse público e intenções de voto, a ser captada por todo esse universo político feito de oposição ao desempenho do Presidente Sarney. O benefício do voto captado é de curta duração: permanecerá, no máximo, até o segundo turno das eleições

do final deste ano. Já o interesse público é a matéria-prima da sustentação política a se buscar, para um mandato de cinco longos anos.

LONGOS e duros. Duros como a prova da verdade, com que não se pode deixar de contar. A prova da estabilidade, completada a transição. A prova da competência política, a ser exigida no mesmo grau da recomendação eleitoral ora exibida. A prova da dignidade do Estado brasileiro restaurado e das instituições reabilitadas: tanto mais restaurado um, e mais reabilitadas as outras, quanto mais repousarem ambos sobre a convergência da Nação.

A ELEIÇÃO direta para a Presidência da República jamais será uma unção messiânica, a prevalecer sobre essa prova da verdade; ou uma predestinação pessoal. Ela será um desafio à liderança vitoriosa: ao sacrifício da identidade pessoal, pela sintonia com a Nação.